

Responsabilidade Social Empresarial e Economia Solidária: Uma Parceria Possível

*Enterprise Social Responsibility and Solidarity Economy:
A Possible Partnership*

Graziela Luisa¹
Edinara Terezinha de Andrade²

Resumo: Responsabilidade social empresarial – RSE e Economia Solidária são os principais assuntos deste artigo, uma vez que são temas significativamente importantes da atualidade e são considerados conceitos ainda em construção, estão sendo debatidos por diversos autores e estão em pauta na agenda do setor empresarial, das universidades e do Estado. Inicialmente pretende-se discutir teoricamente os conceitos de RSE e Economia Solidária, sob a ótica de diferentes autores. Em seguida, será apresentada a parceria entre a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), a Empresa Whirpool e o Instituto Consulado da Mulher, a qual desenvolve ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da Economia Solidária. Ao final será feita uma reflexão sobre a possibilidade de uma empresa multinacional estar inserida em um projeto social fundamentado na Economia Solidária.

Palavras-chave: Responsabilidade Social Empresarial; Economia Solidária; Incubadora.

Introdução

Nos últimos anos, tem crescido no Brasil o envolvimento do setor empresarial na realização de projetos sociais e a isto tem se dado o nome de responsabilidade social empresarial, ou seja, as empresas têm investido no social além de suas obrigações legais. Dentre tantos motivos que justificam o despertar da empresa para este assunto, alguns autores elegem os principais como sendo a pressão de consumidores conscientes e a necessidade da empresa em se legitimar perante a sociedade, devido à competição do mercado.

Paralelamente, vem crescendo também o movimento de Economia Solidária, que surge como resposta ao crescente índice de desemprego, pelo qual passa uma grande parcela de trabalhadores. Sua proposta é de valorização do ser humano e em sua carta de princípios

¹ Assistente Social, graduada na Universidade Regional de Blumenau.

² Doutora em Ciência Política, Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Regional de Blumenau e Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB

estão descritas a autogestão, o respeito mútuo, a transparência e a democracia.

Responsabilidade social empresarial e Economia Solidária são os principais assuntos deste artigo. Assim se optou porque são temas significativamente importantes da atualidade, uma vez que são conceitos ainda em construção, estão sendo debatidos por diversos autores e estão em pauta na agenda do setor empresarial, das universidades e do Estado. Pode-se observar o quanto estes assuntos são interessantes atualmente, quando se constata o grande número de Congressos e Seminários que estão acontecendo, tendo estes temas como foco central.

Outro motivo a considerar é o protagonismo do Assistente Social em um novo campo de atuação, riquíssimo, pois com a emergência do terceiro setor trabalhando na área social e optando pela Economia Solidária, se faz cada vez mais intensa a participação deste profissional nestas organizações. Entende-se que assim como os demais profissionais, o Assistente Social deve manter-se atualizado com as inovações ocorridas na sociedade, para atuar qualificadamente em todas as esferas sociais.

Este artigo tem por objetivo refletir sobre os diferentes conceitos das referidas categorias teóricas, (Responsabilidade Social Empresarial e Economia Solidária) bem como apresentar a parceria entre as instituições Universidade Regional de Blumenau por meio de sua ITCP (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares), a empresa Whirpool (Multibrás Eletrodomésticos - Unidade Joinville) e o Instituto Consulado da Mulher.

Responsabilidade Social Empresarial: Diferentes Posicionamentos

Neste artigo será dado enfoque ao compromisso social das empresas e por isso será utilizada a nomenclatura responsabilidade social empresarial - RSE. Atualmente a bibliografia a respeito do assunto considera três conceitos distintos: o primeiro deles refere-se às empresas que entendem que são socialmente responsáveis ao cumprirem suas obrigações legais e ao contribuírem para a movimentação do setor econômico. Para ilustrar a visão deste conceito, utiliza-se Tenório (2004):

Até a década de 1950, a responsabilidade social empresarial assume dimensão estritamente econômica e é entendida como a capacidade empresarial de geração de lucros, criação de empregos, pagamento de impostos e cumprimento das obrigações legais (TENÓRIO, 2004, p. 18).

O segundo conceito ainda muito discutido entre diversos autores, refere-se ao compromisso da empresa com a comunidade em que está inserida, ou seja, a participação da empresa para a melhoria da qualidade de vida da comunidade. Na opinião de Frei Betto (2001) a empresa socialmente responsável é aquela que se aproxima da comunidade até sentir-se parte dela:

Uma empresa convencida de sua responsabilidade social não se restringe a cumprir rigorosamente as leis trabalhistas. Ela avança na direção de constituir-se numa comunidade. Transformar a empresa numa comunidade não consiste apenas em recusar mão-de-obra infantil e oferecer aos funcionários condições dignas de trabalho e benefícios. É, sobretudo, inserir no quadro de alcance da empresa o tendão de Aquiles de todo ser humano: a família (FREI BETTO apud TENÓRIO, 2004, p. 31).

A última dimensão acerca do conceito de RSE refere-se à atuação do social de forma global nos negócios, ou seja, o compromisso social da empresa com todos os seus públicos: clientes, funcionários, fornecedores, comunidades, meio ambiente e toda a sociedade em geral.

O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social³ apresenta seu conceito de RSE na perspectiva da última dimensão apresentada, como se observa a seguir:

Responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir os negócios que torna a empresa parceira e co-responsável pelo desenvolvimento social. A empresa socialmente responsável é aquela que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e conseguir incorporá-los ao planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos, não apenas dos acionistas ou proprietários (INSTITUTO ETHOS, 2006).

Sob o mesmo ponto de vista, Moreira (2005) afirma que a RSE realizada nesta dimensão, contribui para melhorar a relação do empresariado com a sociedade, conforme segue:

Uma atitude responsável da empresa requer a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes e conseguir incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando atender às demandas de todos. A responsabilidade social nas empresas se materializa na junção de ações estratégicas e de política ética. Ambas servem para modificar, melhorar a relação entre sociedade e empresariado (MOREIRA, 2005, p.13).

A Diretora Executiva do Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano⁴, entende a RSE como o compromisso que a empresa assume com a comunidade na qual está inserida, bem como com seus diferentes públicos de relacionamento, desenvolvendo assim ações

³ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. (INSTITUTO ETHOS, 2006)

⁴ O Grupo Pão de Açúcar é uma empresa do setor de varejo de alimentos no Brasil. O Instituto Pão de Açúcar de Desenvolvimento Humano, fundado no final de 1998, é o projeto de Responsabilidade Social desta empresa, o qual desenvolve ações sociais com 8 mil crianças e adolescentes.

e/ou projetos que contribuam para a construção de uma sociedade melhor:

Cria-se uma nova ética empresarial, não de barganha ou compensação por eventuais lucros com custos sociais, mas de participação e efetiva contribuição para a transformação de indicadores de pobreza e desigualdade. Dentro deste contexto, cabe a cada empresa decidir os melhores caminhos, frente a sua história, sua cultura, seus valores e também aos seus objetivos estratégicos. No caso do Grupo Pão de Açúcar, responsabilidade social vem sendo trabalhada num contexto de posicionamento estratégico. [...] Criou-se o seu Comitê de Responsabilidade Social, composto por profissionais de diferentes áreas, e definiu o seu entendimento deste conceito: “compromisso da empresa com o desenvolvimento social, a partir de práticas dirigidas aos seus diferentes públicos, o que colabora efetivamente para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável”. (QUILICI, 2004, p. 14).

Apesar de o assunto ser consideravelmente recente e ainda estar em debate, a RSE já está presente de diferentes modos, no ambiente empresarial, porém, ainda há muita diferença entre o discurso do empresariado brasileiro e sua prática. Não se pode negar, que mesmo a empresa sendo socialmente responsável, terá interesse em receber retornos financeiros, em longo prazo, por isso, se utiliza da RSE, como estratégia empresarial.

Uma contradição reside na antinomia entre a definição do que seria a Responsabilidade Social “legítima” e as práticas concretas relacionadas aquela mesma definição. Como afirmamos, a Responsabilidade Social Empresarial é entendida nos discursos analisados como o desenvolvimento de ações sociais regulares, de abrangência ampla, sistemáticas e consistentes, desvinculadas do interesse imediato pelo lucro e das ações de marketing empresarial. Contudo, estudos mostram que parte significativa de projetos abrigados na rubrica RSE tem componentes que de forma mais ou menos imediata buscam propagandar produtos empresariais e ampliar um dado mercado consumidor (DE PAULA & RODHEN, 1998, apud GOIS; SANTOS; COSTA, 2004, p. 102).

Como foi citado acima, estudos mostram que o principal motivo pelo qual as empresas desenvolvem projetos de RSE é o interesse financeiro, conforme ilustrado pela pesquisa realizada pelo (IPEA) Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas em 1998, sobre as razões pelas quais as empresas se preocupam em ser socialmente responsáveis:

Noventa por cento das companhias pesquisadas pelo IPEA começaram a investir em ações sociais por acreditar que isso melhora a sua imagem institucional. Grande parte, setenta e quatro

por cento, também considera a ampliação das relações da empresa com a comunidade um motivo importante para ações de responsabilidade social. Bem menos empresas acreditam que ser socialmente responsável incrementa a lucratividade (Dezenove por cento) ou a motivação interna e a produtividade (Trinta e quatro por cento). (ASHLEY, 2003, p. 75).

Nesta pesquisa noventa por cento das empresas afirmaram investir em ações sociais por acreditar que isso melhora a imagem institucional. Desta forma, a RSE significa investimento imediato e retorno financeiro em longo prazo, pois ao melhorar sua imagem institucional, gera-se uma série de fatores que contribuem para a maximização dos lucros da empresa, porém este é um processo lento. Na verdade, o principal objetivo de todas elas é a obtenção de lucro. Tenório (2004) partilha desta idéia ao afirmar:

Mesmo com investimentos e custos maiores que os de seus concorrentes, a lógica da responsabilidade social corporativa demonstra que essas ações são fundamentais para o negócio e para o sucesso da companhia no longo prazo, não havendo justificativas para a eliminação desses investimentos, mesmo em períodos de crise ou recessão (TENÓRIO, 2004, p. 36).

A forma que a empresa utiliza para expressar aos seus clientes seu compromisso social é através dos selos, que são recebidos por meio de certificações, prêmios e/ou apoio às ONGs e governos. Tais certificações são emitidas por uma empresa independente, também conhecida como organismo de terceira parte e indicam o compromisso social da empresa para com a sociedade.

As certificações são ferramentas de marketing muito utilizadas pelas empresas atualmente, uma vez que os selos despertam maior interesse no produto por parte do consumidor. Este pode optar em comprar um produto de uma empresa compromissada com a comunidade ou não. Assim, os selos transmitem certa credibilidade ao consumidor que realiza suas compras de maneira mais consciente, pois o selo é uma forma também da empresa apresentar-se ao cliente e adquirir sua fidelidade.

É evidente que os benefícios possibilitados pelas certificações interessam muito ao empresariado, pois representam a conquista de mais mercados e de melhor imagem de sua marca, por isso, é importante que o sistema de emissão destas certificações seja altamente competente e comprometido com suas finalidades.

Há aqueles autores que fazem ressalvas ao conceito de Responsabilidade Social Empresarial e o criticam, como Beghin (2005) que afirma que as formas como as empresas realizam seus projetos sociais atualmente não visam transformar, mas sim se utilizar de valores como a solidariedade, por exemplo, para mascarar que estão

desenvolvendo um trabalho sério, enquanto que não ousam intervir na estrutura do capitalismo, conforme se observa:

O ativismo social empresarial, dependendo dos contextos nos quais é operado, se baseia numa “perspectiva caritativa” (filantropia empresarial da caridade) ou na apropriação e na mercantilização de valores, tais como solidariedade, cooperação e responsabilidade (neofilantropia empresarial). Neste sentido, o ativismo social empresarial, da forma como é praticado hoje, como dantes, não visa “transformar”, mas trabalhar sobre a miséria do mundo capitalista, sobre os efeitos perversos do desenvolvimento econômico. Tenta introduzir correções às contrafinalidades mais desumanas da organização capitalista da sociedade, porém, sem tocar em sua estrutura (BEGHIN, 2005, p. 50).

Entende-se que a autora percebe a RSE como um utilitarismo por parte da empresa, apenas para conquistar os benefícios que ela proporciona, sem realizar de fato, um projeto social transformador, comprometido e condizente com a necessidade de seu público.

Outra crítica é feita por Friedman (1985) que tem uma visão mais estreita acerca do papel da empresa. Para ele, a empresa não necessita desenvolver um papel social junto à comunidade em que está inserida, pois entende que a sua única função é obter lucros para seus acionistas. O autor justifica seu pensamento por acreditar em uma economia livre, conforme segue:

Ultimamente um ponto de vista específico tem obtido cada vez maior aceitação – o de que os altos funcionários das grandes empresas e os líderes trabalhistas têm uma responsabilidade social além dos serviços que devem prestar aos interesses de seus acionistas ou de seus membros. Este ponto de vista mostra uma concepção fundamentalmente errada do caráter e da natureza de uma economia livre. Em tal economia só há uma responsabilidade social do capital – usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros até onde permaneça dentro das regras do jogo, o que significa participar de uma competição livre e aberta, sem enganos ou fraudes (FRIEDMAN, 1985, p.23).

Há também a crítica que entende que a RSE é uma forma de submeter à esfera privada as responsabilidades do Estado, ou seja, esta perspectiva afirma que as ações sociais desenvolvidas pelo empresariado são formas de substituição do Estado e propagação da política assistencialista, conforme Cabral (2005):

Nessa perspectiva crítica, argumenta-se que o ingresso de empresas na área social, substitui o Estado, realizando ou financiando projetos sociais, seguindo o movimento da filantropia americana, reforçando com isso as relações tuteladoras e assistencialistas. (CABRAL, 2005, p. 05).

Para Yasbeck (1996) esta transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade significa a “re-filantropização” do social, pois ela entende que, ao se modificarem os papéis do Estado e da sociedade, aquele se enfraquece, ao passo que as ações sociais saem do âmbito da justiça e se tornam caridade quando desenvolvidas pela esfera privada, como se observa:

As propostas neoliberais em relação ao papel do Estado na esfera da Proteção Social são propostas reducionistas, onde a Assistência *passa a ser para as situações extremas, portanto, com alto grau de seletividade, e direcionada aos estritamente pobres, através de uma ação humanitária coletiva, e não como uma política dirigida á justiça social e à igualdade.* (SCHONS, 1995 apud YASBECK, 1996, p. 42)

Nesta perspectiva, a assistência social é entendida, segundo Schons (1995) como “uma política social que passa a ser pensada de modo residual, apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado ou ainda através de recursos familiares e/ou da comunidade” (SCHONS, 1995 apud YASBECK, 1996, p. 42).

O papel do estado regride, segundo Oliveira (1988) e Yasbeck (1996), voltando a ter um caráter assistencialista, conforme segue:

É o retorno do “Estado Caritativo ou Assistencialista”, no qual o enfrentamento da desigualdade será *deixado á caridade pública ou a uma ação estatal evasiva ou eventual.* (OLIVEIRA, 1988) Apenas suficiente para minimizar as conseqüências negativas dos programas de ajuste estrutural. Estaremos de volta aos programas mais residuais, àquilo que se denomina de ‘neobeneficência’, sem referência a direitos sociais de cidadania. (YASBECK, 1996, p. 42, grifo e citação do autor)

É compreensível o posicionamento da autora, uma vez que é obrigação do estado prover os serviços de assistência social, porém é importante refletir que somente por meio da organização da sociedade é que não se permitirá a volta do estado assistencialista.

A substituição do Estado acontece porque se cria um novo espaço na sociedade, chamado de espaço público não-estatal, que se refere ao compromisso que o Estado e a sociedade assumem na garantia de acesso aos direitos, conforme Beghin (2005) :

A cidadania social é reafirmada, no entanto, sua realização é jogada em novo espaço, o do “público não-estatal”, onde todos – Estado e sociedade – são responsáveis por ela. Mas quando a responsabilidade é partilhada por tantos, ninguém mais responde diretamente por ela. Ou seja, a proposta do “público não-estatal” pode contribuir para desresponsabilizar o Estado de suas tarefas de garantir o acesso aos direitos sociais universalizados e de combater as desigualdades sociais. Passa-se a idéia implícita de uma

“desnecessidade” do Estado, deixando aberta a sua instrumentalização ao jogo dos interesses privados. (BEGHIN, 2005, p.36)

Wood Junior (2006) também faz sua crítica ao afirmar duas coisas com relação à RSE: a primeira refere-se ao fato de que muitas iniciativas têm apenas interesse de realizar marketing social, ou seja, a empresa gasta muito dinheiro tentando divulgar suas ações sociais do que realmente realizando-as. E a segunda diz respeito ao papel fundamental da empresa: o autor afirma que as empresas se desviam de seu papel central para conseguir realizar ações de RSE e assim acabam por não realizar nenhuma de suas tarefas eficazmente:

Muitos programas de responsabilidade social têm objetivos exclusivamente promocionais e gastam mais recursos com a divulgação do que com as suas atividades-fim. Muitas iniciativas constituem projetos mal concebidos, que pequeno ou nenhum impacto geram sobre as causas que deveriam endereçar. Outra crítica é que tais iniciativas desperdiçam a energia da empresa, desviando-a de seu papel essencial, que é o de gerar valor para os seus acionistas. Com isso, o que seria uma iniciativa bem-intencionada (um projeto ou programa de responsabilidade social), teria como consequência custos extras e foco desviado. Resultado: acionistas, clientes e sociedade prejudicados. (WOOD JUNIOR, 2006, p.01)

A partir da observância da proliferação de programas e/ou projetos de RSE ligados ao setor empresarial, percebe-se que há uma tendência da estratégia empresarial em desenvolver ações sociais na mesma linha de atuação da empresa. Desta forma, reflete-se a respeito da RSE daquelas empresas que produzem, por exemplo, artigos maléficis à saúde do ser humano. Wood Junior (2006) também reflete a este respeito e levanta a seguinte questão:

Uma tendência atual é alinhar tais iniciativas com os negócios da empresa, ou seja, tirá-las da condição de apêndices assistencialistas e inseri-las de forma coerente na estratégia empresarial. Outra tendência é tratar tais iniciativas como negócios e fazer com que gerem resultados, nesse caso, impactos sociais compatíveis com as aspirações e necessidades envolvidas. Não é pouco. A premissa, crescentemente aceita, é de que a responsabilidade social das empresas deve ser voltada para seus acionistas, clientes, funcionários e para as comunidades diretamente influenciadas por sua existência. Equilibrar tais focos não é simples. Levada ao pé da letra, uma decisão de ser socialmente responsável poderia induzir, por exemplo, um fabricante de tabaco a considerar o fechamento de seu negócio; para uma rede de tevê, significaria deixar de lançar esgoto a céu aberto e incentivar a leitura. Questão prática: que executivos

seriam tão socialmente responsáveis? (WOOD JUNIOR, 2006, p.02)

O referido autor não responde a questão, apenas a lança no ar para proporcionar a reflexão ao leitor. Portanto, tal pergunta é respondida na medida em que se entende qual é o principal objetivo do empresariado: toda empresa, inserida no sistema capitalista, necessita da geração de lucros para sobreviver à competitividade do mercado.

Entende-se que é possível uma empresa de tabaco, por exemplo, ser socialmente responsável desenvolvendo projetos sociais em diversas áreas, porém sua responsabilidade nunca chegará ao ponto em que se dê o fechamento do negócio devido à absorção do conceito de RSE como cultura e consciência global da empresa para com a sociedade, pois ela sempre visará seu lucro em primeiro lugar.

Diante do exposto conclui-se que é possível uma empresa ser socialmente responsável, mesmo que tenha como objetivo final a obtenção de lucro.

Problematizando mais a questão, passaremos a discutir o conceito de Economia Solidária e sua interface com a RSE, a partir de uma situação concreta que envolveu a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau (ITCP/FURB), a Empresa Whirpool e o Instituto Consulado da Mulher.

Economia Solidária: Uma Nova Economia

Entende-se a Economia Solidária como uma proposta alternativa ao contexto de crescente desemprego no país. Estatísticas constataam que entre os anos de 1992 e 2003 o número absoluto de desempregados aumentou de 4,7 milhões para 8,5 milhões. Como consequência disto, evidencia-se a alta do trabalho informal, que aumentou, no mesmo período, de 41% da população ocupada nas regiões metropolitanas para cerca de 50% (Retrato do Brasil, 2006).

O desemprego é uma consequência do sistema capitalista, centralizador de riquezas e promovedor da miséria e exclusão social. Este se caracteriza como um sistema de produção que visa o lucro, que é baseado na propriedade privada dos meios de produção e no qual existe a exploração do homem pelo homem, a competição, a concorrência e o isolamento entre as pessoas.

Como forma de enfrentar esta realidade, de miséria e exclusão, promovida pelo capitalismo, e a partir da necessidade dos trabalhadores gerarem renda, emerge no Brasil, por meio da organização de movimentos sociais, uma nova economia, diferente da tradicional, e que se desenvolve basicamente nos setores populares. Entre os princípios desta nova economia estão à autogestão, o cooperativismo, a coletividade, a igualdade e a solidariedade, conforme a explicação de Singer (2000):

A economia solidária começou a ressurgir, no Brasil, de forma esparsa na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Ela resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990. Em 1991, tem seu início o apoio de assessores sindicais a operários que conseguem se apossar da massa falida da empresa que antes os empregava, formando uma cooperativa de produção, que retoma as operações e assim “salva” os postos de trabalho até então ameaçados de fechamento. (SINGER, 2000, p.25)

Esta nova economia, denominada Economia Solidária gira ao redor da idéia de solidariedade, ao contrário do individualismo competitivo presente hoje nas sociedades capitalistas, conforme citação abaixo:

A Economia Solidária surge de uma atitude crítica frente ao modelo de desenvolvimento que produz riquezas gerando miséria, subordinando e explorando o trabalho e a natureza. Tendo por orientação valores não mercantis como a solidariedade e a democracia, incorpora igualmente as dimensões culturais, étnicas e ecológicas da sustentabilidade do desenvolvimento, no qual a produção, a distribuição e a preservação dos recursos naturais e sociais sejam dimensões de um processo de emancipação. (SCHIOCHET; SILVA; BERTUCCI, 2005, p. 41)

De acordo com Andrade e Silva (2004), a Economia Solidária não se restringe a um grupo específico, mas envolve diversos tipos de organização:

Empresas autogestionárias ou recuperadas (assumidas por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas, etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto significativo de atividades individuais e familiares. (ANDRADE e SILVA, 2004, p.02)

A Economia Solidária é discutida entre diversos autores como uma alternativa viável de resposta ao desemprego por meio da organização da classe trabalhadora em empreendimentos cooperativos ou autogestionários. De acordo com Singer (2003), o conceito diz respeito à organização de diferentes públicos que interagem entre si através da solidariedade e da ênfase à colaboração aos trabalhadores excluídos do mercado formal.

O conceito se refere à organização de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática da

autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos. (SINGER apud CATTANI, 2003, p.116)

Sobre os princípios da Economia Solidária, Singer também contribui ao afirmar:

A unidade típica da Economia Solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta; repartição da receita líquida entre os cooperados por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER, 2000, p.13)

Para complementar a fala de Singer, outros autores identificam alguns princípios e características da Economia Solidária:

- Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, união dos esforços e capacidades, propriedade coletiva, parcial ou total de bens, partilha dos resultados e responsabilidade solidária diante das dificuldades.
- Autogestão: as pessoas envolvidas exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
- Atuação econômica: são empreendimentos que desenvolvem atividades econômicas de produção, beneficiamento, crédito comercialização e consumo etc.
- Solidariedade: expressa na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam à melhoria das condições de vida de participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; na participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local; nas relações com movimentos sociais e populares emancipatórios; no bem-estar dos trabalhadores e consumidores. (SHIOCHET; SILVA; BERTUCCI, 2005, p.42)

Os princípios descritos acima são fundamentais para o trabalho grupal, pois ao praticá-los, conseqüentemente, aparecerão outros princípios em decorrência dos primeiros. Quando o grupo exercita a autogestão e a cooperação, por exemplo, certamente, haverá neste grupo a transparência nos assuntos pertinentes ao empreendimento e com isso se cultivará a confiança e união entre os participantes. Desta forma, a harmonia, o respeito e a coerência caminharão juntamente aos demais princípios, pois se entende que uma vez colocado em prática um dos princípios acima citados, outros virão em sua decorrência.

Outro ponto de relevância, acerca dos princípios da Economia Solidária é o fato da autogestão possibilitar que o associado se sinta autor

do processo de produção, participando de reuniões e assembleias em que são tomadas as decisões coletivamente. Seu pensamento, suas idéias e sugestões têm valor para o grupo, uma vez que na Economia Solidária todos são donos do empreendimento da mesma maneira e todos têm a oportunidade de expressar seu ponto de vista, conforme Singer (2003):

Autogestão significa que a mais completa igualdade de direitos de todos os membros deve reinar nas organizações da Economia Solidária. Se a organização for produtiva, a propriedade do capital deve estar repartida entre todos os sócios por igual, que em consequência terão os mesmos direitos de participar nas decisões e na escolha dos responsáveis pelos diversos setores administrativos da mesma. (SINGER apud CATTANI, 2003, p. 116)

Singer entende ainda, que além de ser uma alternativa de geração de renda para os trabalhadores, a Economia Solidária é também um conjunto de valores e princípios que contribuem para construção de uma sociedade melhor que a atual. Em sua fala, o autor defende também, a importância da concepção diferenciada do conceito de Economia Solidária sob a ótica de diferentes autores, conforme:

Economia Solidária, não é uma constatação científica do que vai acontecer. Ela é um ato de vontade de construir, por lutas e outras formas, uma sociedade, vamos dizer, não ideal, mas melhor do que a que nós temos aqui. Por isso que temos o direito de conceber Economia Solidária de acordo com nossos princípios e de acordo com nossos valores. Por isso que há tantas concepções diferentes de Economia Solidária. Eu acho essa diferença desejável. Eu acharia uma perda se nós nos colocássemos agora em acordo e disséssemos “Economia Solidária é isso e quem não achar isso, está errado.” (SINGER, 2005, p.10)

Conforme Bourdet (1970), o conceito de Economia Solidária vai além de uma forma de organização de trabalho, com objetivos econômicos, mas sim, proporciona também um processo de emancipação e desenvolvimento de consciência política no cidadão:

A Economia Solidária, vista como o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, crédito, etc) organizado sob a forma da autogestão, é parte de um processo de desenvolvimento emancipatório, que pode ser entendido como uma transformação radical e não apenas econômica, mas política, no sentido que ela supera a noção comum de política (como gestão reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: isto é, a gestão sem intermediários e em todos os níveis, de toda a sociedade por todos os homens. (BOURDET, 1970 apud NASCIMENTO, 2005, p. 58)

Entender a Economia Solidária como um agente de transformação do ser humano, é muito importante, pois desta maneira,

pode-se atingir uma politização daqueles que trabalham a partir de seus princípios e assim, alcançar posteriormente, um maior número de pessoas politizadas.

Como a bibliografia acerca deste assunto ainda é restrita, foram encontrados apenas dois autores que elaboram críticas à Economia Solidária. O primeiro deles, Germer (2005) afirma:

O surto de propostas utópicas nos moldes da “Economia Solidária”, assim como a proliferação de seitas salvacionistas, reflete o momento de crise e desesperança pelo qual passa a classe trabalhadora mundial atualmente, e neste sentido repete o ocorrido em todos os períodos de crise prolongada do capitalismo, caracterizados por grande desemprego e desespero dos trabalhadores, cuja capacidade de resistência nestes momentos é significativamente diminuída, proporcionando terreno fértil para a difusão de soluções milagrosas e oportunistas. (GERMER, 2005, P.03)

O autor afirma que a Economia Solidária é utópica e oportunista, e justifica tal posição afirmando que a proposta desta nova economia é decorrente do momento de desespero em que se encontram os trabalhadores, em decorrência da prolongada crise capitalista. A Economia Solidária na prática tem mostrado que muitas pessoas têm gerado renda e reavido sua dignidade por meio da organização em empreendimentos solidários.

Em um segundo momento de sua crítica, o autor analisa o conceito de Economia Solidária trazido por Singer, como modo de produção. O autor discorda de Singer, por entender que este não foi claro em suas colocações e utilizou de forma indevida o conceito de modo de produção defendido originalmente por Marx. Ao final de sua crítica, o autor conclui que a definição de Economia Solidária descrita por Singer é inconsistente por não possuir conteúdo teórico. A seguir:

A concepção da “Economia Solidária” como novo “modo de produção”, elaborada por Singer, nada tem em comum com o conceito correspondente de Marx, do qual o autor toma emprestada, indevidamente, a expressão modo de produção. O empréstimo é indevido porque o uso que faz do conceito não corresponde ao de Marx, e o autor não só não explicita o seu próprio entendimento do conceito, como não esclarece os leitores sobre o fato de ter adotado a expressão, mas não o seu conteúdo. Sendo assim, o conceito de “Economia Solidária”, de Singer, permanece desprovido de conteúdo teórico, sendo, portanto inconsistente. (GERMER, 2005, P.09)

Na citação, o autor deixa claro que sua crítica, neste momento, é com relação ao conceito de Economia Solidária defendido por Singer, porém, ao analisar as diferentes obras publicadas por tal autor, percebe-se ao longo de sua trajetória de discussão e conceituação do termo, que

atualmente ele não utiliza mais a terminologia “modo de produção” para conceituar a Economia Solidária, como fizera no início de seus estudos.

Desta forma, é possível observar uma evolução por parte de Singer, na discussão teórica do conceito de Economia Solidária. Isto pode ser evidenciado por meio de outro texto de Singer (2005), em que o autor defende a pluralidade de conceitos do termo Economia Solidária, por entender que esta é composta por um movimento coletivo de diversos setores da sociedade e por acreditar que ainda não há consenso deste conceito porque ele ainda está em construção.

Goulart é outro autor que elabora uma crítica à Economia Solidária. Sua posição contrária é percebida já no título de seu artigo, que se intitula: *A luta pela estatização, contra a “Economia Solidária”*. No parágrafo abaixo o autor afirma que a Economia Solidária, apesar de ser defendida por muitos, desagrega a organização da classe trabalhadora. Para Goulart, a saída para os trabalhadores em vias de perder o emprego ou desempregados, é somente a estatização:

Numa época em que todos os governantes e muitos sindicalistas falam de “Economia Solidária”, a autogestão e as cooperativas são apontadas como a solução para salvar os empregos. Só que não salva empregos e desagrega a luta e as organizações dos trabalhadores. Só a estatização dá uma verdadeira perspectiva para os trabalhadores em luta. (GOULART, 2004, p.96)

Ainda com relação à desarticulação da classe trabalhadora, o autor afirma:

Na cooperativa, não existe a organização da classe trabalhadora, afinal, todos são “donos” do próprio negócio. Isto leva a fazer o trabalhador cooperado se matar de tanto trabalhar. Por isso, na “Economia Solidária” é comum a desregulamentação total da jornada diária ou semanal, a quebra permanente do descanso semanal remunerado, etc., pois “agora o negócio é nosso”. (GOULART, 2004, p.98)

O texto escrito por Goulart conta a trajetória de uma empresa privada situada na cidade de Joinville, que ao falir foi tomada pelos trabalhadores. Quando isso aconteceu, estes poderiam optar por organizarem-se na perspectiva da Economia Solidária e reabrir a empresa de forma cooperativa, porém, a posição foi contrária. Sendo assim, este é um dos motivos pelo qual este texto foi escrito.

Considerando o contexto no qual o texto foi escrito, o autor entende que é muito melhor que os trabalhadores se organizem para pressionar o Estado a apresentar uma solução para a situação, do que se aliem ao movimento da Economia Solidária.

Discorda-se do posicionamento do autor, basicamente por dois motivos: primeiramente porque já se tem notícia de diversas empresas

privadas, que ao serem administradas sob forma de cooperativa pelos trabalhadores, em virtude de falência, conseguiram dar continuidade às atividades como, por exemplo, a Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá, que se transformou em Cooperminas – Cooperativa de Extração de Carvão Mineral dos Trabalhadores de Criciúma Ltda e a Sidesa, que se transformou em Coopermetal - Cooperativa dos Metalúrgicos de Criciúma, as quais atualmente contam com 147 e 850 funcionários respectivamente.

Em segundo lugar, discorda-se porque se entende que o trabalho na perspectiva da Economia Solidária, dentre seus princípios, possibilita ao trabalhador uma série de benefícios enquanto ser humano, como por exemplo, seu empoderamento, emancipação, participação política, preocupação com o meio ambiente, desenvolvimento para atuar em equipe, dentre outras características proporcionadas pela ação coletiva na perspectiva da Economia Solidária, que contribuem para que o trabalhador seja mais atuante enquanto cidadão e mais contributivo para uma sociedade mais justa.

Tudo que for desenvolvido no interior da cooperativa ou empreendimento solidário será reflexo da atuação dos trabalhadores, pois são eles os administradores do negócio. Desta forma, há grande possibilidade de se ter resultados positivos em se trabalhar nesta perspectiva. O próprio Goulart tem o mesmo posicionamento ao afirmar que “As cooperativas mais organizadas se conseguem sobreviver, chegam a separar parcela dos lucros (cujo nome legal nas cooperativas é “sobras”) para pagar bônus, como se fosse 13º, férias, etc. (GOULART, 2004, p.97)”

Em um primeiro momento o autor defende a idéia de que a autogestão, no caso, referindo-se à cooperativa fundamentada na Economia Solidária, flexibiliza as relações trabalhistas, porém, se vê que na citação anterior ele admite que se a cooperativa for organizada, pode render aos trabalhadores todos os benefícios que teriam se fossem assalariados. Acrescenta-se ainda que a diferença de se conquistar tais benefícios se dá, na Economia Solidária com autonomia, liberdade de expressão e opinião, conforme seus princípios, diferente da economia tradicional em que se tem acesso aos direitos porque estes estão garantidos por lei, porém o trabalhador não possui as referidas liberdades e não tem a oportunidade de crescimento pessoal, conforme já explicitado.

Dando prosseguimento ao objetivo deste artigo, o qual é discutir a interface entre a RSE e a Economia Solidária, passar-se-á no próximo item a apresentar a parceria realizada entre a ITCP/FURB, a Empresa Whirpool e o Instituto Consulado da Mulher.

A Parceria entre a Itcp/Furb, a Empresa Whirlpool e o Instituto Consulado da Mulher

A ITCP/FURB é um projeto de extensão da Universidade Regional de Blumenau, fundada por uma equipe de professores e pesquisadores em 19 de novembro de 1999, tornando-se um projeto institucional da universidade em 27 de junho de 2000. De acordo com a Coordenadora da ITCP/FURB, Dalila Maria Pedrini, a incubadora foi criada,

para responder às grandes questões do mundo do trabalho postas pelo neoliberalismo excludente, que apresenta seu rebatimento bem concreto no dia-a-dia da vida dos trabalhadores, da região; para que a universidade possa dar sua resposta efetiva, institucional, com um compromisso social ético, qualificado, organizado (UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU, 2002).

A ITCP presta serviços necessários para o início, desenvolvimento e/ou reciclagem de cooperativas ou grupos de trabalho associativo, que por meio disso geram renda e trabalham na perspectiva da Economia Solidária. O projeto nasce, então, com os principais objetivos:

- Estimular a formação de empreendimentos de Economia Solidária no município de Blumenau e região, como forma de geração de trabalho e renda, desenvolvendo a prática autogestionária e o espírito empreendedor;
- Motivar o meio acadêmico para a reflexão, a discussão e a produção de alternativas para equacionamento de problemáticas ligadas ao cooperativismo e novas relações de trabalho, vinculando pesquisa, ensino e extensão;
- Desenvolver ações junto ao poder público e iniciativa privada, objetivando a criação de políticas públicas de efetivação do direito ao trabalho e apoio à Economia Solidária;
- Articular os empreendimentos de Economia Solidária já existentes na região, no sentido de constituírem uma REDE Solidária fortalecedora entre os mesmos. (OLIVEIRA; ROSSI, 2004, p.80)

Para a realização destes objetivos, a ITCP/FURB é composta por uma equipe multidisciplinar das áreas de Administração, Antropologia, Ciências Sociais, Direito, Economia, Psicologia e Serviço Social.

Tais equipes atuam de acordo com a demanda apresentada pelos empreendimentos, sempre respeitando e considerando a complexidade de cada grupo. Sobre este aspecto, destaca Andrade:

O Instituto Consulado da Mulher é o principal projeto de responsabilidade social da empresa Multibrás S.A. Eletrodomésticos de Joinville, subsidiária da Whirlpool Corporation, juntamente com as

empresas Brastemp, Consul e Semer. Nasceu em 2002 com o objetivo de gerar trabalho e renda para mulheres a partir de 18 anos, de baixa renda e com pouca escolaridade. Também tem como objetivo desenvolver a cidadania da mulher por meio do acesso à informação e da educação permanente, estimulando sua contribuição e participação na comunidade, possibilitando assim, a melhoria na qualidade de vida das mulheres e mudanças nas relações sociais e de gênero.

O Instituto possui duas sedes, as quais estão localizadas em Joinville, Santa Catarina e em São Carlos no estado de São Paulo. Ambas oferecem cursos gratuitamente, em diversas áreas como culinária, artesanato, idiomas, informática, bem como oferecem atendimento por meio da “Banca da Empreendedora Popular”, a qual é composta por voluntários que orientam pessoas que queiram iniciar seu próprio negócio.

Todos os cursos e oficinas, bem como as orientações na “Banca” são oferecidos por um grupo de voluntários que se revezam a cada mês, sendo no total cerca de 400 pessoas cadastradas como voluntárias, porém há também um quadro de funcionários, composto por dez pessoas que administram as atividades cotidianas. Além do oferecimento das referidas atividades, a instituição possui um programa de geração de trabalho e renda, através do qual busca inserir as mulheres no mercado de trabalho e incentivá-las a se organizarem coletivamente, trabalhando na perspectiva da Economia Solidária.

No ano de 2004 a ITCP/FURB assinou um convênio com a Empresa Multibrás S.A. Eletrodomésticos de Joinville, se comprometendo a prestar assessoria em Cooperativismo e Economia Solidária, para seu principal projeto de responsabilidade social empresarial: o Instituto Consulado da Mulher.

A atuação da ITCP/FURB se realizou durante os anos de 2004 a 2006 em todo o âmbito do Instituto Consulado da Mulher, por meio de assessoria necessária para qualificar a instituição como incubadora de empreendimentos, porém, a atuação se efetivou mais especificamente junto ao Programa de Geração de Trabalho e Renda – GTR, desenvolvido por apenas um segmento da instituição.

A ITCP/FURB disponibilizou toda a equipe de trabalho para prestar a assessoria contratada, mas para a viabilização cotidiana do trabalho foram envolvidos mais diretamente dois professores e uma estagiária do Curso de Serviço Social. A última, por residir no município onde o Instituto tinha sua sede, tinha como função realizar o acompanhamento e mediação entre os grupos e as instituições acima citados.

O acompanhamento das atividades, realizado por parte do Instituto Consulado de Mulher e ITCP/FURB, aos empreendimentos, visava inserir e aprofundar a cada dia mais, nos grupos, os fundamentos e princípios da Economia Solidária, bem como prestar toda a assessoria necessária de acordo com a realidade apresentada. Para isso, utilizou-se por parte da ITCP/FURB, profissionais de diferentes áreas. As duas

instituições também possibilitaram a ida dos grupos à diversas feiras e eventos, com o objetivo de divulgar e vender os trabalhos, bem como proporcionar a vivência da Economia Solidária, por meio da troca de experiências com grupos semelhantes.

O programa dá apoio e assessoria á três grupos distintos, são eles: o grupo Mãos Unidas de Artesanato, a Cooperativa Coserere - Cooperativa de Serviços, Reaproveitamento e Reciclagem e a Cooperativa Cooperante – Cooperativa Amiga do Meio Ambiente. O grupo Mãos Unidas de Artesanato é composto por oito mulheres, as quais produzem artesanatos variados, mas com ênfase na utilização da técnica de papietagem com filtro de café. Já a COSERERE é um grupo composto por homens e mulheres moradores do Conjunto Habitacional Ulisses Guimarães, que se uniram em 2001 para gerar renda por meio da fabricação de vassouras. A COOPERANTE surgiu também dentro da comunidade, porém, no bairro Estevão de Matos, distante 15 km do centro da cidade. O grupo é formado por quatorze pessoas, dentre homens e mulheres que trabalham atualmente com reciclagem de lixo, mas em seu estatuto está prevista também a possibilidade de trabalharem com horta comunitária, que é um dos seus objetivos futuros.

Apesar de ser um projeto relativamente novo, pois tem apenas quatro anos de existência, o Instituto Consulado da Mulher já possui articulação com vários segmentos da sociedade, como a esfera pública, privada, terceiro setor e movimentos sociais.

Como resultado da atuação da ITCP/FURB e do Instituto Consulado da Mulher pode se apresentar os seguintes avanços para a economia solidária na região de Joinville:

- * Participação no Fórum de Economia Solidária de Joinville e Região;
- * Organização do II Seminário e Feira de Economia Solidária de Joinville e Região.
- * Participação na Oficina Regional de Formação em Economia Solidária;
- * Realização de reuniões de articulação com o vice-prefeito e outras autoridades para a viabilização de espaço próprio para os empreendimentos de ES comercializarem;
- * Participação nas reuniões do Fórum Catarinense de Economia Solidária;
- * Realização de capacitação em Economia Solidária para a comunidade Joinvillense;

A parceria legal entre a ITCP/FURB e o Consulado da Mulher findou em dezembro de 2006, com o término do convênio. No entanto, por acreditar nos mesmos princípios e que “outra economia é possível”, estes dois parceiros têm se encontrado em vários espaços da economia solidária e na medida do possível têm efetivado trocas de saberes sobre este tema e sobre a RSE.

Considerações Finais

Após o levantamento bibliográfico e posterior análise sobre a categoria teórica Responsabilidade Social Empresarial pode-se considerar que este conceito refere-se à atitude ética das empresas com seus diferentes públicos de interesse, sejam eles fornecedores, clientes, funcionários, sociedade ou meio ambiente. Ao mesmo tempo trata-se da realização de projetos e/ou programas sociais que proporcionem impactos positivos, como a melhoria da qualidade de vida da população, seu empoderamento, inclusão social, etc. Conclui-se também que de forma geral, todas as empresas farão investimento em âmbito social, apenas se isso lhes trazer também retornos financeiros.

Quanto ao conceito de Economia Solidária conclui-se que esta é uma nova economia, diferente da economia tradicional, ou seja, uma nova possibilidade de geração de trabalho e renda para as pessoas excluídas do mercado de trabalho formal, na qual os trabalhadores desenvolverão suas atividades na perspectiva dos princípios de democracia, autogestão, solidariedade, igualdade, dentre outros.

A RSE é um conceito que está se ampliando cada vez mais, por isso o importante é garantir que as iniciativas de RSE sejam elaboradas e realizadas de maneira bem estruturada e que sejam projetos sérios e de caráter transformador, por isso é que a ITCP/FURB propôs desde o início da parceria com o Instituto Consulado da Mulher, a realização de suas atividades pautadas na Economia Solidária. Além disso, ela também vem orientando o Instituto a estabelecer parcerias com órgãos da esfera pública para que juntos realizem um trabalho consistente e transformador, e assim o Estado continuará tendo sua parcela de contribuição e responsabilidade em âmbito social, procurando evitar que o mesmo transfira suas responsabilidades para o terceiro setor.

O Consulado da Mulher foi um projeto desenvolvido por uma empresa multinacional para se adequar às exigências do mercado capitalista, principalmente em âmbito internacional. Entretanto, ao optar por trabalhar na perspectiva da Economia Solidária, seus mentores o inserem numa proposta inovadora de RSE, porque trabalham com a contradição de princípios: de um lado a empresa reproduzindo valores capitalistas de exploração e competitividade e de outro lado o Consulado da Mulher disseminando valores contrários a este, ou seja, solidariedade, igualdade, justiça social, etc.

O Instituto Consulado da Mulher, bem como seu Programa de Geração de Trabalho e Renda pode ser considerado um projeto de RSE se levado em consideração todos os requisitos necessários aqui discutidos. Estes envolvem o caráter interventivo e transformador na realidade do público atendido, proporcionando melhores condições de vida, inclusão social, dentre outros aspectos de empoderamento.

Uma evidência do caráter transformador do projeto é seu protagonismo na consolidação e fortalecimento do Fórum de Economia Solidária de Joinville e Região que vai retro-alimentando o movimento de

Economia Solidária, que por sua vez vai fortalecendo o próprio Consulado da Mulher, e neste processo, todos os atores vão se empoderando e ampliando seus conhecimentos, inclusive a ITCP/FURB e a Multibrás por meio dos resultados apresentados.

Deve-se considerar que tanto a RSE, como a Economia Solidária ainda estão em processo de construção e legitimação na sociedade brasileira, tendo, portanto, muito que enfrentar em termos de preconceito daqueles que refutam o novo ou o desconhecido. É por este motivo que o Consulado da Mulher apresenta grande preocupação em desenvolver um trabalho sério e comprometido na comunidade, bem como fundamentado em conhecimentos teóricos e apoiado em organizações com mais experiência na área, como é o caso da parceria estabelecida com a ITCP/FURB. Além disso, é importante destacar que durante todo o período desta parceria foram realizadas reuniões de avaliação do processo e de alterações a respeito das estratégias de intervenção na realidade do público atendido. Isto é outro fator que demonstra o comprometimento da instituição com seu projeto social.

Sendo assim, conclui-se que a utilização de instrumentos avaliativos concomitantes ao desenrolar do projeto de RSE contribui para a realização de um projeto consciente, focado na realidade apresentada, ou seja, exitoso.

O Instituto Consulado da Mulher está procurando demonstrar para a sociedade que é possível uma empresa enquadrada nos moldes capitalistas, desenvolver um projeto social comprometido e transformador, pois atua principalmente na perspectiva da Economia Solidária e na modificação das relações de gênero. A própria autora Nathalie Beghin (2005), que no decorrer de seu livro critica a RSE, afirma ao final deste que, quando ela é desenvolvida nesta linha, ou seja, RSE pensada na perspectiva da Economia Solidária, há possibilidade de resultados positivos, conforme se vê:

A partir de experiências como as da Economia Solidária e das “coalizões locais”⁵, pode-se formular a hipótese de que um ativismo social empresarial praticado sob esse prisma poderia contribuir para a inclusão social e para o combate a pobreza política. Realizar um programa de investigação dessa natureza torna-se crucial para os que buscam caminhos para a emancipação social. (BEGHIN, 2005, p. 106)

Reafirma-se que a discussão acerca de RSE e Economia Solidária ainda são recentes, bem como os projetos de empresas privadas que, fundamentados nesta nova economia, desenvolvem ações junto à comunidade. Por isso estimula-se a produção e a publicação de trabalhos referentes a essa temática, bem como reflexões e pesquisas que,

⁵ Articulações em torno de interesses comuns, fusionais, que, ao associar atores distintos, ancoram sua cooperação num contrato preciso, controlável por todos. (BEGHIN, 2005, p. 106)

embasados em literaturas diversificadas, evidenciem como este tema vem se desenvolvendo na prática.

(Artigo recebido para publicação março 2007)

(Aceito em maio 2007)

Abstract: Enterprise Social Responsibility - ESR and Solidarity Economy are the main subjects of this article, a time that are significantly important subjects of the present time and are considered concepts still under construction. At first, it will discuss about the theory of Social Responsibility and solidarity economy, under the optics of different authors. After that, the partnership will be presented between the The Incubator of Popular Cooperatives of the Regional University of Blumenau (FURB), Whirlpool Company and the Institute Consulate of Women, which develops action of work generation and income in the perspective of Solidarity Economy. In the end, a reflection about the possibility of a multinational company will be inserted in a social project based on the Solidarity Economy.

Key-Word: Enterprise Social Responsibility; Solidarity Economy Incubator.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Edinara Terezinha de Andrade; SILVA, Marilu Antunes. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP/FURB – Consolidando a economia solidária em Blumenau e região. In CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 11., 2004. Fortaleza. *Anais...* Fortaleza: [s.n.], 2004. 1CD-ROM.

ASHLEY, Patrícia Almeida. *Ética e responsabilidade nos negócios*. São Paulo: Saraiva, 2003.

BEGHIN, Nathalie. *A filantropia empresarial: nem caridade, nem direito*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. *Atlas da economia solidária no Brasil 2005*. Brasília: SENAES, 2006.

CABRAL, Nara Crivot. A responsabilidade social no Brasil: uma proposta em construção. 2005. Disponível em: <www.unisol.org.br/index.php> Acesso em: 19 abr. 2006.

CATTANI, Antonio David. *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. 312p.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e liberdade*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

GERMER, Claus. A 'economia solidária': uma crítica marxista. In COLÓQUIO MARX E ENGELS, 4., 2005, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP, 2005.

GÓIS, João Bosco Hora; SANTOS, Aline de Oliveira; COSTA, Isis Santos. Responsabilidade social empresarial e solidariedade: uma análise dos discursos dos seus atores. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo. Ano 25, n. 78, p 82-166, jul. 2004.

GOULART, Serge. A luta pela estatização, contra a economia solidária. *A Verdade: Revista teórica da 4ª internacional*, Lisboa, n.40/41, p. 91 – 107. mar. 2005.

INSTITUTO ETHOS. *O que é o Instituto Ethos?* Disponível em: <<http://www.ethos.org.br/DesktopDefault.aspx?TabID=3344&Alias=Ethos&Lang=pt-BR>>. Acesso em: 10 maio. 2006.

MOREIRA, Joaquim Manhães. Responsabilidade social na fatura das empresas. *Fibra Empresarial*. Brasília: ano 3, n. 19, p. 12-15, out. 2005.

NASCIMENTO, Cláudio. Educação como elemento estruturante da economia solidária. In KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.) *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: Inep, 2005.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda de; ROSSI, Fernanda. *Trabalho e trabalhadores no Vale do Itajaí: uma leitura crítica*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

QUILICI, Rosangela Bacima. Uma nova ética empresarial. *Revista Brasil Responsável*. São Paulo, v. ?, n. 05, p.14-15, out. 2004.

SCHIOCHET, Valmor; SILVA, Roberto Marinho A. da; BERTUCCI, Jonas de Oliveira. A Economia Solidária no Brasil: o desafio de mostrar o que não está visível. *Revista de Economia Solidária*. São Paulo, n. 0, p. 41-44, dezembro. 2005.

SILVA, Marilu Antunes da. Extensão em Rede. *Revista de Extensão do Sistema ACADE*, Florianópolis, n. 2, p.11-22, maio. 2004.

SINGER, Paul. *A economia solidária como ato pedagógico*. In KRUPPA, Sonia M. Portella [Org.] *Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: Inep, 2005.

_____, Paul. *A economia solidária no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (Org). *Responsabilidade social empresarial: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU. *Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares*. Compêndios de Documentos Internos da ITCP/FURB, 2002.

YASBEK, Maria Carmelita. *A política social brasileira nos anos 90: refilantropização da questão social*. Salvador. Cadernos do CEAS. n. 164. jul/ago.1996.

_____, Maria Carmelita. Terceiro setor e despolitização. *Revista Inscrita*. São Paulo, v.6, p. 13-19, 2000.

_____, Maria Carmelita. Terceiro setor e a despolitização da questão social brasileira. In PEREZ, Clotilde e JUNQUEIRA, Luciano Prates (Org) *Voluntariado e a gestão das políticas sociais*. São Paulo: Futura, 2002.

WOOD JUNIOR, Thomaz. *Filantropia corporativa: o movimento de responsabilidade social amplia-se e enfrenta o desafio de deixar de ser ferramenta promocional para gerar impacto real sobre a sociedade*. Disponível em: <www.cartacapital.com.br/index.php> Acesso em: 19 abr. 2006.

